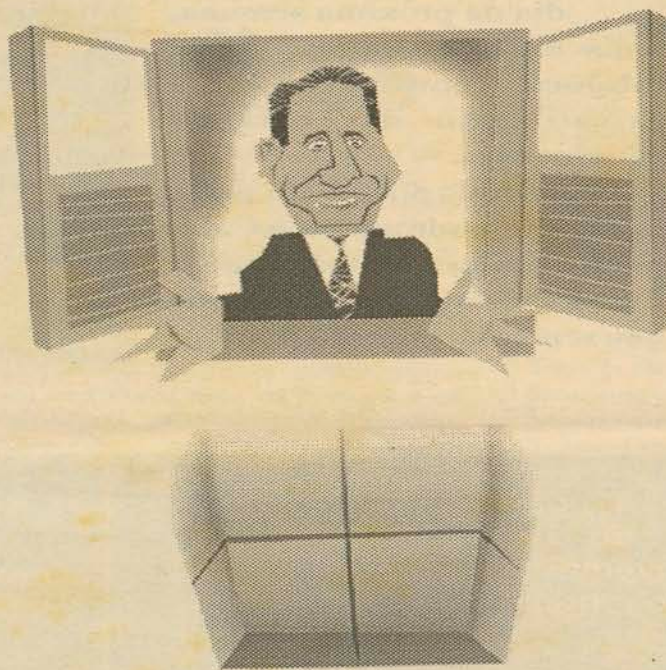


O Brasil pega fogo



**FHC pôs o
país de
joelhos
com seu
pacote de
“medidas
duras
porém
temporárias”
e deixa os
brasileiros
boquiabertos.**



**Eletricitários
estão na
luta: partici-
param de
carreata até
Brasília e
realizaram
em Capivari
de Baixo
sessão sole-
ne contra
privatização.**



O exemplo que vem do Sul

O Sintresc (sul do Estado) promoveu ontem no auditório do Sindicato em Capivari de Baixo, um debate sobre a Campanha contra as Privatizações. Segundo o diretor do sindicato, **João Nazareno Corrêa**, a atividade serviu para subsidiar esclarecendo os convidados sobre a importância das estatais e convidá-los a se engajarem nesta luta.

O debate contou com a participação dos vereadores de Tubarão e Capivari, dos prefeitos das duas cidades, além de alguns deputados estaduais e federais. Representantes da comunidade, associação de moradores, outros



sindicatos, clubes de serviço (como Rotary e Lions) e outras entidades filantrópicas e representantes de diversos partidos políticos também se fizeram presentes. Após o debate, os vereadores das duas cidades se comprometeram a colocar na ordem do

dia da próxima semana, a discussão e a aprovação de moções contrárias à privatização das estatais catarinenses.

A exemplo do Sul, em todos os lugares onde passa, a Campanha ganha adeptos, o que já é uma vitória para quem começou remando contra a maré.

Campanha conquista espaço na Assembléia

Depois de cinco meses da deflagração da Campanha Contra a Privatização da Celesc e Eletrosul, os deputados estaduais, a exemplo do que estão fazendo as Câmaras de Vereadores, abriram espaço para debater a privatização das empresas estatais catarinenses e da Eletrosul nesta segunda-feira, dia 17, na sala da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia. Para chegar até aqui foi essencial o apoio das mais de 60 Câmaras visitadas que enviaram moções à Assembléia. Neste debate será organizado um ato público na própria Assembléia, previsto para dia 8 de dezembro, com a participação de parlamentares nacionais que não poderão estar nesta segunda em virtude do pacote do governo. Outras manifestações contrárias à venda das estatais vieram de escolas, universidades, associações comunitárias, eletricitários e cidadãos em geral, através de abaixo-assinados, debates, placas e pinturas em muros, redações etc.

Um dado que comprova a opinião pública contrária às privatizações é uma pesquisa realizada em Florianópolis que o jornal Diário Catarinense divulgou semana passada. Segundo a pesquisa, 60% dos entrevistados são contrários à privatização da Casan e da Celesc e 59% contra a venda da Telesp. O jornal completa a informação dizendo que neste item as pessoas não ficaram em cima do muro porque apenas 3% não souberam ou não quiseram responder.

A Campanha Contra a Privatização, iniciada por eletricitários é agora uma bandeira unificada de diversas categorias de trabalhadores de SC e que ganha a cada dia mais força e ânimo. Portanto, é preciso que mais eletricitários, neste momento de extrema importância para o futuro dos trabalhadores e para a qualidade de serviços prestados à sociedade engajem-se na Campanha.

Estamos trabalhando contra o tempo, numa luta árdua que não considera as coisas como dadas. A história não é determinista nem linear, podemos e devemos procurar mudá-la, mesmo quando parece impossível. Vamos participar cada vez mais da Campanha e acreditar nessa ação coletiva e transformadora, onde cada um de nós é peça imprescindível. O que você está esperando?

AGENDA DA CAMPANHA

14 de novembro sexta

09 horas - Reunião unificada sobre a Campanha no Sindicato dos Bancários de Fpolis e região.
Todo o dia Assinatura do Manifesto da Cultura contra a Privatização, no 2º Encontro do Escritor Catarinense, no CIC.

17 de novembro segunda

Debate na Assembléia Legislativa (leia matéria nesta página)



18 de novembro terça 18h30

Debate, nas Câmaras de Vereadores de Caçador e Videira sobre reforma da previdência e privatização
15 horas Reunião do Comitê Urbano da Reforma Agrária e Mov. Unificado contra as privatizações, no Sinergia

19 a 21 de novembro quarta a sexta

das 14 às 18 horas - Banca de coleta de assinaturas no calçadão da Capital.



20 de novembro quinta

9h30 Debate com o cantor e compositor Geraldo Azevedo sobre indústria cultural e a sua trajetória artística, no auditório do Sinergia
21 horas.

Show com Geraldo Azevedo, no TAC



Carreata nacional exige respeito aos trabalhadores

Com gestos e palavras de aprovação e som de buzinas, Brasília recebeu a Carreata Pelos Direitos dos Trabalhadores, na manhã do dia 12 passado. Aproximadamente 5 mil pessoas e centenas de veículos cortaram o país vencendo milhares de quilômetros para demonstrar sua indignação à política neoliberal de FHC.

As delegações de todos os estados do Brasil encontraram-se no Estádio Mané Garrincha, na entra-

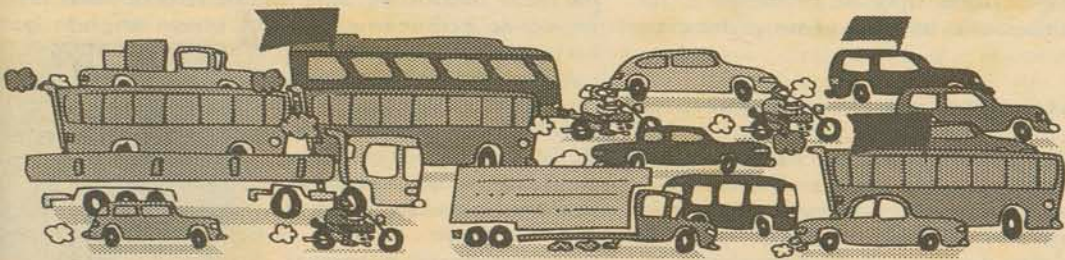
da sul de Brasília, de onde saíram em carreata até a Esplanada dos Ministérios. Lá, o ato público terminou com a presença do presidente da CUT Nacional, Vicente Paulo da Silva e de diversos políticos da oposição.

A caravana do sul do país, que iniciou no Rio Grande do Sul e fez uma carreata no centro de Florianópolis no dia 7, atravessou seis estados e fez manifestações em 20 cidades antes de chegar à capital fe-

deral. Por onde passou encontrou uma população receptiva às bandeiras da carreata (contra a reforma administrativa e da previdência e pela reforma agrária).

As pessoas se mostraram apreensivas com a situação do país e indignadas com o pacote de FHC.

Os eletricitários de Santa Catarina estiveram representados por uma delegação do Sinergia e Sintresc, num total de 11 pessoas.



EDITORIAL

O Brasil de joelhos

O Brasil está de joelhos, tal qual um agonizante rogando clemência a seu carrasco: "já lhe ofereci a bolsa, poupe-me então a vida". Mas o carrasco exige mais sacrifícios, mais oferendas, mais patrimônios lucrativos; juros ainda mais altos - os maiores do mundo, a maior transferência de riquezas do mundo; exige as indústrias nacionais, os bancos, os serviços públicos; exige mais desemprego e salários mais baixos; exige a precarização das relações de trabalho, o pagamento em dia da dívida externa; exige a extrema violência da demissão em massa de servidores públicos, pois seres humanos não são importantes, são insumos de produção, e como tais, descartáveis, desprezíveis, ignoráveis; exige o sangue do povo.

É nesta condição de submissão aos manipuladores de volumes fantásticos de dinheiro que se dedicam à procura encarnizada de mais e mais produtividade, rentabilidade e liquidez, é nesta condição humilhante que o governo FHC e as elites que o apóiam, relegaram a população brasileira.

O crash da bolsa mostrou que o Real está e sempre esteve nu. Que nunca foi um projeto para melhorar o bem estar da população. Que foi

pensado, com o único objetivo de escancarar o país e deixá-lo ao sabor da voracidade dos monopólios, do capital especulativo internacional e do imperialismo americano.

As oposições desde o princípio alertaram para o óbvio: a insustentabilidade da valorização do câmbio e o crescente déficit comercial; alertaram para os perigos e os engodos da globalização. Não deu outra. Hoje, num oportunismo sem precedentes FHC despeja de uma só vez em cima dos trabalhadores, toda sua "caixa de maldades" e ainda tem a petulância de ir à TV apelar ao sacrifício da população, em nome dos altos interesses nacionais. Isto é hipocrisia da grossa. O capitalismo predador camuflado no eufemismo da globalização sempre exigirá mais. Esta é a sua lógica e em nome dela foi decretado o fim das nações mais vulneráveis, transformadas em "mercados emergentes". E em mercados emergentes não moram cidadãos, mas apenas consumidores e mão-de-obra a ser explorada. Nos mercados apenas o capital detém soberania.

É esta situação deplorável de um "mercado emergente" chamado Brasil.

Carta resposta ao Jornalista Cacau Menezes

Em suas colunas dos dias 07/11/97 e 08/11/97, sob os títulos: "E viva a moralidade (1)" e "Os privilegiados", o senhor denuncia questões graves que vem ocorrendo na Eletrosul, neste possível "fim-de-semana", promovido em nome das privatizações.

Consideramos ser da maior importância para a Democracia que a imprensa seja absolutamente livre e assuma esta liberdade fiscalizando e denunciando todo e quaisquer desmandos e privilégios, seja exercido por quem for.

Porém, sua matéria comete uma grave injustiça com a grande maioria dos empregados da Eletrosul que cumpre seus compromissos com a maior seriedade e que estão muito longe dos desmandos e privilégios de uma minoria que sempre esteve muito próxima ao poder.

Para sua informação e para que seu público não venha a fazer juízo equivocado nem condenar inocentes, gostaríamos que divulgasse o seguinte:

1) a Eletrosul é uma das mais importantes empresas do sul do Brasil e atingiu este patamar graças ao esforço de um corpo técnico dos mais conceituados no país;

2) os índices de desempenho da empresa está sempre acima dos indicadores utilizados internacionalmente para acompanhar a qualidade dos serviços prestados na área de energia elétrica;

3) o público pode confirmar este desempenho no recente episódio da queda das torres de Itaipu, que provocou sérios problemas e racionamentos em outras regiões do país, enquanto na Região Sul o fornecimento continuou normal, graças à dedicação, ao desempenho e às manobras técnicas do corpo de empregados, tanto da Eletrosul, quanto da Celesc;

4) os empregados da Eletrosul nunca concordaram com os privilégios de uma camada que se utilizou de seus cargos ou de seus vínculos com caciques políticos para vantagens pessoais;

5) prova disso é que em várias Assembleias Gerais realizadas pela categoria aprovaram-se medidas contra os privilégios;

6) o Sinergia - Sindicato da categoria - nunca concordou com estes privilégios e, de acordo com a grande maioria da categoria, encaminhou diversas ações junto ao Ministério Público e à Justiça para coibir desmandos e responsabilizar criminalmente seus autores, assim como vem denunciando sistematicamente, através de seu jornal LINHA VIVA, todo e qualquer desvio e desmando nas empresas;

7) a Eletrosul tem um quadro de 2972 empregados, enquanto empresas de mesmo porte e finalidade têm mais de 5000;

8) destes 2972, alguns ocupam cargos de chefia, até de diretoria;

9) desde que o PFL passou a controlar a Eletrosul e a ocupar a presidência da empresa, estes cargos têm sido ocupados por "critérios" políticos, deixando de lado os critérios técnicos e/ou de competência;

10) são estes agraciados com cargos que provocam os maiores desmandos e imoralidades na empresa. Quando não cometem as imoralidades diretamente, o fazem através de alguns "protegidos";

11) por outro lado, como já foi frisado em sua matéria, o corpo técnico está há mais de três anos sem reposição nem das perdas provocadas pela inflação.

Por fim, o Sinergia está desenvolvendo uma Campanha seríssima em defesa da Eletrosul e da Celesc por ter a convicção de que a privatização destas empresas significará um brutal aumento de privilégios para uma pequena parcela de poderosos em prejuízo de toda a laboriosa população de Santa Catarina e do Sul do Brasil. Com estas privatizações perderão todos: indústria, comércio e principalmente a população que terá que pagar tarifas cada vez mais elevadas por serviços de qualidade inferior. Esta é a realidade em que se encontram as regiões que muito recentemente tiveram seus serviços de energia elétrica irresponsavelmente privatizados e onde a qualidade dos serviços caiu sensivelmente, enquanto as tarifas têm subido muito acima da inflação, a exemplo do Rio de Janeiro.

Feitos estes esclarecimentos, solicitamos que informe os leitores deste jornal, para que não fique a impressão equivocada de que todos os empregados da Eletrosul estão participando do "festim" ou que concordam com as imoralidades praticadas pelos protegidos do poder.

Sem mais, agradecemos sua atenção, deixando a seu dispor todos os números de nosso jornal LINHA VIVA, assim como toda a documentação enviada à Justiça e ao Ministério Público, onde denunciemos e exigimos justiça contra os privilégios e transparência na administração pública, bem como responsabilizar a diretoria da Eletrosul pelos desmandos que estão ocorrendo numa total conivência objetivando também facilitar o processo de privatização.

Com nossas cordiais saudações,

Sinergia

A luta na Eletrosul é contra o tempo

LV - A prioridade da diretoria do Sinergia nos últimos meses tem sido a campanha contra a privatização. Ela está atingindo os objetivos esperados?

Mauro - Com certeza. Todos que têm participado saem convictos da sua importância. Ela ganhou as ruas e se espalhou pelo interior do estado.

LV - Parece que ela tem sido mais eficiente para o público em geral do que para os eletricitários...

Mauro - O grande mérito da campanha foi o de sensibilizar o público externo. É gratificante você participar dos debates nos colégios, nas universidades e sentir, sobretudo na juventude, as mesmas preocupações em relação ao patrimônio público e o mesmo sentimento em relação ao futuro do país.

LV - E em relação aos eletricitários?

Mauro - A participação da categoria neste processo poderia e deveria ser muito maior. Continuamos tentando envolvê-los. No caso da Eletrosul, a distância é ainda maior. Acredito que isto se deva, em parte, ao tratamento de choque da administração Gazaniga e à política perene e ardilosa com que a atual administração trabalha a privatização da empresa como um fato consumado no sub-consciente dos empregados.

LV - Uma pesquisa recente publicada no Diário Catarinense e uma pesquisa instantânea da CBN/Diário mostraram que a sociedade catarinense quer que a Celesc e Eletrosul continuem empresas públicas. Isto já é fruto da campanha?

Mauro - Boa parte se deve à campanha. Também é verdade que os sindicatos da Intersul e Intersul têm seu mérito pois há anos vem mostrando os equívocos e riscos das privatizações. Agora, sem dúvida, este alto índice de aceitação (60% contra a privatização na pesquisa do DC e 73% na da CBN) foram obtidos pelo reconhecido trabalho que estas empresas prestam, independentemente das administrações que as submetem.

LV - E como estas administrações influem no processo de privatização?

Mauro - De todas maneiras, principalmente no ritmo imposto ao processo e, consequentemente, na efetivação ou não da venda da empresa.

LV - Como assim?

Mauro - Vamos falar da Eletrosul. Todos sabemos que, entre as empresas geradoras federais, ela passou a ser a primeira a ser privatizada no lugar de Furnas. Isto é consequência da atuação da direção da Eletrosul e da falta de representação política da Eletrosul no estado e região.

LV - No caso da diretoria da Eletrosul é sua omissão e convivência com o processo.

Mauro - O papel da diretoria se traduz em várias ações. Começa com o uso da truculência para impedir as iniciativas dos con-

trários à privatização e vai até o favorecimento do espaço e da documentação pública para os interessados na venda. Ardilosamente escondem as dificuldades inerentes deste tipo de processo e, de outro, se dá publicidade às vantagens potenciais do negócio.

LV - Isto não ocorre com as outras empresas federais?

Mauro - Não. Em Furnas, por exemplo, que deveria ser a primeira a ser privatizada, o movimento em defesa da empresa por parte da direção é público. Tão público que o próprio governador assumiu a bandeira de Furnas. O presidente da CHESF, semana passada, falando na Sub-comissão de Energia da Câmara de Deputados, deixou muito clara sua preocupação se a empresa for vendida. Seu argumento para defendê-la: o uso múltiplo da água do rio São Francisco e os riscos futuros das comunidades ribeirinhas. Já o senhor Cláudio Ávila, que deveria ter comparecido naquele mesmo dia na Sub-comissão, recusou o convite devido a "problemas de agenda". O interessante é que, naquele mesmo dia, ele estava em Brasília e, portanto, se tivesse interesse, poderia ter tentado conciliar seu depoimento na Câmara.

A participação da categoria deveria ser maior...

LV - E este vácuo político que você diz existir na Região Sul e em Santa Catarina em defesa da Eletrosul. Isto é um fator facilitador da venda da empresa?

Mauro - Claro. Se coloque no lugar do Presidente da República. O maior índice de rejeição de FHC foi quando da privatização da Vale do Rio Doce. Depois disso ele vai querer saber qual é a empresa que menos lhe causará problemas quando for vendida. E é claro que vão lhe informar que é a Eletrosul que assim passa a ser a "bola da vez".

LV - A que se deve este desinteresse político na Eletrosul?

Mauro - Para responder isto precisaríamos de

As bruxas do final de outubro continuam apavorando novembro adentro. As bolsas dão sustos no mundo inteiro. O pacote de FHC e suas repercussões violentas. O ministro Raimundo Brito anuncia a poteração das privatizações no setor elétrico. Cacau Menezes denuncia as já conhecidas falcaturas da diretoria da Eletrosul.

E, Claudio Ávila, como sempre, em silêncio, vai facilitando a privatização.

Diante de tantas incertezas, o Linhaiva conversou com o diretor do Sinergia, Mauro Passos, que faz parte do Fórum Nacional Contra a Privatização, que esteve semana passada em Brasília, na Sub-omissão de Energia da Câmara e participa do trabalho de conscientização sobre graves consequências da privatização da Celesc e Eletrosul para Santa Catarina junto às Câmaras de Vereadores, escolas, universidades, associações comunitárias.

muito espaço. Rapidamente, deixo no ar algumas reflexões: a empresa sempre foi domínio de um partido - o PFL. Foi reservada para o uso deste partido. Tornou-se uma ilha dentro de uma ilha. Isolou-se politicamente. Isto quase impede que hoje se deflagre uma mobilização supra-partidária em sua defesa. Como explicar que o governador de SC, estado que depende quase na sua totalidade da energia da Eletrosul, fique calado sobre a privatização da empresa?

LV - Mas o PFL: porque ele não luta com vigor pela sua permanência. Aquele tímido e dubio gesto do filho do Bornhausen, semanas atrás, seria a defesa do PFL? Não será um oportunismo próprio do apagar das luzes?

Mauro - A tentativa de privatização do setor é da época do Collor. De lá para cá o PFL sempre foi governo e sempre avalizou as privatizações. O que se deve esperar deste partido? Uma predisposição sincera de defender a Eletrosul, contrariando seu passado e seus compromissos?

LV - A Comissão de Energia da Câmara criou uma sub-comissão para acompanhar exclusivamente as privatizações do setor elétrico. Como andam os trabalhos?

Mauro - Anterior à sub-comissão existe o Fórum Nacional Contra as Privatizações, composto por sindicalistas, professores, parlamentares, estudiosos que, com mérito, sensibilizaram a Câmara Federal à discutir o futuro do setor. Graças a isto, todas semanas (terças e quartas-feira) presidentes de empresas elétricas, do BNDES, secretários de Energia são sabatinados pelos deputados, dando publicidade e transparência ao processo (que o governo queria implantar atrás das portas fechadas dos gabinetes).

LV - E juridicamente, como está a luta?

O pleno do TCU exi-

uma possível privatização de Furnas passe pela fiscalização do tribunal. Não podemos conseguir a mesma exigência em relação à Eletrosul?

Mauro - A posição do TCU em relação a

Furnas se deve à anunciada cisão das nucleares do ativo de geração da empresa. As usinas nucleares, constitucionalmente, pertencem à União, não podem ser privatizadas. Já na Eletrosul existem situações que dificilmente serão resolvidas através da privatização, cujas indagações já foram levadas ao TCU. Não cabe neste momento explicitá-las. Também não é hora de comentar toda demanda na área jurídica que a Intersul está trabalhando junto a uma assessoria jurídica especializada no tema em São Paulo e aqui.

LV - O Ministro Brito disse que as privatizações das empresas federais (Eletrosul, Furnas, Chesf e Eletronorte) estariam adiadas do início de 98 passariam para 99. Por que será?

Mauro - As privatizações, a rigor, estão ocorrendo muito próximas da fronteira da irresponsabilidade. A privatização da CPFL ocorreu no auge da turbulência das bolsas. Beirou a levandade. Desconfia-se até de que o ágio foi uma farsa.

As absurdas taxas de juros oferecidas para manter o capital especulativo no Brasil tornam mais ainda as privatizações um "negócio" obscuro e suspeito, tanto sob ponto de vista patrimonial como estratégico. Este sentimento está se ampliando em vários segmentos, o que deixa o governo FHC cada vez mais vulnerável perante a sociedade. Acredito que por causa disto o governo esteja repensando o programa de privatizações e orientado o ministro para adiar o processo.

LV - Estudos estão mostrando que o risco de déficit vai ficar maior com a privatização de energia e, logo, a

culpa vai recair sobre o governo.

Mauro - Na verdade as privatizações em curso não estão voltadas para atender a demanda crescente de energia. Ao contrário. Os recursos movimentados pelas privatizações estão voltados para a compra do que já existe. É um erro imperdoável e, pior, uma mentira que estão contando para a sociedade que acredita que as privatizações estão aumentando nosso parque gerador. Isto será pago, e cobrado, pelas gerações futuras.

LV - Dá para ter esperança?

Mauro - Enquanto tivermos vontade de lutar vai haver esperança. Os dirigentes sindicais estão sendo movidos pelo compromisso com o futuro. O adiamento anunciado pelo ministro Brito é uma vitória. O tempo trabalha contra as privatizações. Cada vez mais as pessoas constatarem que estas vendas em nada contribuiram para melhoria de suas vidas e do país e que, de outro lado, aumentam o desemprego, elevam os juros e enriquecem mais ainda alguns poucos, como o senhor Antonio Ermírio de Moraes. Ano que vem

Os Clubes existem para quebrar a resistência dos trabalhadores

tem eleições. A tão cantada reeleição de FHC está começando a fazer água. E, neste jogo as privatizações são cartas importantes.

LV - Para encerrar, um pinga fogo. Cacau Menezes denunciou irregularidades na Eletrosul como pornográficos reajustes salariais para chefias e "facilitação" de aposentadorias para os amigos do rei. Como fica a imagem da Eletrosul? Será que estas denúncias não partiram de dentro da empresa para "renovar" o sentimento de que ela deve ser vendida?

Mauro - O sindicato se manifestou sobre os reajustes e aposentadorias precoces quando soube do fato. A diretoria da Eletrosul desconsiderou a gravidade das denúncias. O prejuízo perante a opinião pública é um dado relevante. Os direto-

res devem ser responsabilizados por isto. Quando dos episódios da gestão Dallagnol, a empresa saiu sem a pecha de ser corrupta, uma vez que os diretores foram afastados pelo bem do serviço público. Agora fica difícil de responder se as informações para o colunista partiram da própria empresa. Com o tempo a gente acaba sabendo.

LV - E os Clubes de Investimento? Na privatização da CPFL o clube dos empregados deu errado. As ações na bolsa ficaram abaixo do preço oferecido aos trabalhadores. A Intersul e Intersul são contra este tipo de iniciativa por quê?

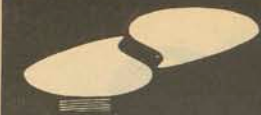
Mauro - Nunca a posição dos sindicatos se situou no campo da especulação financeira. Sempre foi baseada nos princípios e ideais que nos levaram a esta luta. Se somos contra as privatizações e como os clubes são instrumentos para quebrar a resistência dos trabalhadores às privatizações, nada mais coerente e até óbvio que sejamos contra isto.

LV - E o futuro das fundações. Elas sobreviveriam ou não às privatizações?

Mauro - Os fundos de pensão são mantidos basicamente pela contribuição da empresa (duas partes) e dos empregados (uma parte). Esta relação entra como dado fundamental naquilo que chamam de cálculo atuarial - que não deixa de ser um processo matemático sofisticado. Como na teoria matemática as contas fecham, nas fundações, se forem mantidas as mesmas bases de cálculo, à princípio, não deverá ocorrer grande turbulências futuras. No entanto, se as regras de hoje não forem seguidas, toda estrutura existente irá ruir. Pessoalmente, não acredito que empresas privadas que por acaso comprassem Celesc e Eletrosul mantieram as atuais regras de repasse de contribuição para as fundações.

LV - E a tal cisão da Eletrosul em Geração e Transmissão que tanta insegurança e inquietação está provocando entre os trabalhadores e sobre a qual a diretoria da empresa pouco fala?

Mauro - Em primeiro lugar é um absurdo tratar um assunto tão complexo tecnicamente através de uma Medida Provisória. Segundo: denota uma falta total de caráter jogar sobre os trabalhadores uma notícia desta dimensão sem as devidas explicações. Semana passada um companheiro que trabalha na biblioteca da empresa me perguntou: "o que você acha: é melhor ir para a geração ou para a transmissão?" A diretoria da Eletrosul é responsável por este tumulto nas cabeças de muitos dos trabalhadores. Cabe a ela esclarecer que tipo de empresas resultarão da cisão; que tipo de empregado será absorvido por estas empresas; o que acontecerá com aqueles que não se enquadrarem no novo perfil empresarial. Para os sindicatos, o quadro que se vislumbra com a cisão é de muito mais demissões. É este o motivo pelo qual os diretores da Eletrosul se calam e plantam notícias como que a sede das novas empresas ficarão em Florianópolis. Se seguirmos apenas esta "notícia" ficam indagações como: que sedes serão estas? Quantos lá trabalharão? Os diretores devem responder aos empregados estas e tantas outras questões. Para isto é que estão lá.



CEMIG

Os eletricitários de Minas Gerais estão em plena campanha salarial e as duas principais reivindicações são a garantia de emprego e a reposição salarial (reajuste de 6,27%) com inclusão do índice de 15,21% de produtividade. A diretoria da CEMIG esperava uma adesão ao PDI de 3 mil funcionários mas 1200 decidiram desligar-se da empresa. Uma liminar concedida pela Justiça mineira ao Sindieletrô proíbe a CEMIG de obrigar trabalhadores a aderir ao plano de demissões bem como quem deveria ser dispensado.

PERGUNTE AO CHEFE

As declarações de um "funcionário" da Eletrosul, conhecido como Yoki(?), no Tartarugão semana passada, dão o que pensar e até sugerem outras coisas. No mínimo ficou uma pergunta na cabeça de todo mundo que bate ponto e trabalha dignamente: quem liberou o ponto deste "funcionário"? Quem autorizou sua viagem? Quem custeou as despesas de tal viagem? Os responsáveis como o chefe da Auditoria e seu chefe imediato devem responder.

LIGHT

A energia elétrica está mais cara no Rio de Janeiro a partir desta semana. O Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica autorizou a Light a reajustar suas tarifas em 1,35%. Desde a sua venda no ano passado, a empresa aumentou os serviços em mais de 20% contra uma inflação de 5% no mesmo período. Em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil, o ministro Raimundo Brito, das Minas e Energia disse que com as privatizações "as tarifas não assustarão porque serão compatíveis com os parâmetros internacionais". Imaginem se assustasse. Que o digam os cariocas!

UFA!

Confirmada a reunião do CRH da Celesc para dia 18 de novembro, às 9h 30min. A pauta é sobre recursos do PCS/96.

MUDANÇA NA PREVI

De 10 a 28 deste mês acontece o 2º turno do plebiscito para mudança do estatuto e plano de benefícios da Previ. Votarão todos participantes ativos e aposentados do BB, um exemplo a ser seguido por todas fundações. Dentre os pontos positivos está o que trata da questão do ingresso a partir de 1978, equacionando um problema que atinge a maioria das fundações inclusive a Elos. Outro aspecto a ser destacado é a maior democratização das instâncias decisórias.

A GALOPE...

De acordo com o edital publicado nesta semana, no dia 17 acontecerá na sede da Eletrosul, uma Assembleia Geral Extraordinária a partir das 14 horas com os acionistas da empresa para aprovar e justificar a Cisão e nomeação dos peritos. É a aceleração do processo de privatização que, a princípio, já havia sido cogitado para 1999.

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalistas Responsáveis: Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966) e Alessandra Mathyas (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocádia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 224-9114. Fax 224-9104 e-mail: sinergia@matrix.com.br

Aposentados mostram que têm fôlego

"Uma sociedade justa e humana não discrimina as pessoas segundo a idade, acolhe as diferenças e trabalha com elas". Com esta filosofia o Programa de Preparação à Aposentadoria, e Acompanhamento e Integração dos Aposentados e Pensionistas da Celesc promove, no dia 21 deste mês, sábado, o IV Torneio



Integração, entre aposentados e pré-aposentados da empresa e da Celos.

Aposentados ou quem está chegando lá, pensionistas e seus cônjuges podem participar das diversas modalidades do torneio: corrida rústica, general, dominó, canastra, calha, pesca, futebol suíço, além de outras atividades programadas para o dia. Quem tiver interesse em inscrever-se em uma destas citadas, o prazo vai até dia 17, próxima segunda-feira. As inscrições podem ser feitas com as seguintes pessoas: Marília (AC Celesc - 231-6813), Teresa (ARFLO Celesc - 281-1100), Márcia (Celos - 221-9595), André (ABCelesc AC - 231-5992), D'Ávila (Almoxarifado Central - 242-3241), Luci (APCelesc - 224-2460), Alessandro (FAEC - 248-4011) ou com Sidney (CEFA - 237-6111). A confraternização será na sede da Abcelesc na Armação (Florianópolis).

tribuna
livre

Eleições na Elos

Claudius Girard
Diretor Administrativo da Elos

Está sendo iniciado novo processo eleitoral em todos níveis na Elos para Conselho Fiscal, Conselho de Curadores e Diretor Administrativo. Não sendo candidato, venho me manifestar a favor da renovação e deixar claro que estou apoiando os candidatos indicados pela Intersul. Lembro que a patrocinadora, a Eletrosul, tem maioria por sua indicação em todos os níveis da administração da fundação, logo, é fundamental que os eleitos possam contar com o apoio da Intersindical e os meios de comunicação que ela possui, bem como a sua representatividade.

As conquistas obtidas pela Intersul na Elos são frutos da organização dos trabalhadores. Por isso nossos candidatos têm sido vitoriosos nas eleições. devido a esta organização ampliamos nossos espaços de atuação, conquistando, através de acordo coletivo, o direito de eleger um diretor.

Nossos principais objetivos são sanear a Elos, torná-la mais transparente e democrática para que possamos ter a certeza que, no futuro, teremos o direito das complementações de aposentadoria garantidas e uma gestão mais voltada para os interesses dos trabalhadores.

Embora tenhamos denunciado em várias ocasiões as irregularidades na Elos, comprovadas através de auditorias interna da Eletrosul e externa realizada pela Ernst Young, a diretoria da Eletrosul numa atitude de total conivência, não tomou nenhuma providência, mantendo na superintendência da Elos o senhor Plínio Bueno. As irregularidades

comprovadas vão desde a má administração, passando pelo uso indevido de verbas de representação, até o pagamento de seus honorários pela Elos, ferindo o seu estatuto.

A Intersul vem acompanhando e se posicionando em todo o processo do equacionamento da dívida da patrocinadora, além de ter cobrado por diversas vezes uma solução para as irregularidades acima apontadas.

A Intersul vem se posicionando contra as modificações que sejam prejudiciais aos participantes, como recentemente, na tentativa de facilitar a privatização da Eletrosul, quiseram transformar o plano de benefício definido para contribuição definida.

Pelo exposto e para continuarmos na luta por uma Elos para os trabalhadores, venho solicitar a todos os participantes que apoiem nossos candidatos. Vote em Antonio Waldir Vituri para Diretor Administrativo e nas chapas indicadas pela Intersul para o Conselho de Curadores e Fiscal.

Real sofre ataque especulativo

Maria de Fátima Lage Guerra
economista da UFMG e técnica do Dieese

A crise financeira que abalou os mercados mundiais nos últimos dias, e que teve início com o crash da Bolsa de Hong Kong, repercutiu no Brasil, como já era previsto, na forma de um ataque especulativo contra o Real.

Em linhas gerais, o que ocorreu foi o seguinte: assustados com os desdobramentos da crise asiática, que rapidamente se alastrou pela principais praças financeiras da Europa, Japão, EUA e América Latina, os investidores estrangeiros atuantes no Brasil (em geral, os mesmos presentes em outros países) começaram a se desfazer de seus ativos em reais, vendendo ações e títulos públicos em troca de moeda forte (dólar). Os objetivos perseguidos pelos agentes eram testar a capacidade do governo brasileiro em resistir às pressões internacionais e gerar recursos para recompor as posições perdidas com as desvalorizações dos seus ativos em outras partes do mundo. Como resultado houve um crescimento expressivo da demanda interna por dólares, ameaçando o aumento de sua cotação no mercado e a consequente desvalorização da moeda brasileira.

Para garantir a credibilidade do Real, sustentando sua paridade com a moeda americana, o Banco Central lançou mão de dois instrumentos clássicos de política monetária: o leilão de dólares, para evitar a escassez da divisa, e o choque dos juros, para estimular os investidores estrangeiros a buscarem outros tipos de aplicação no mercado interno. Acredita-se que nestas operações o governo brasileiro chegou a queimar cerca de R\$ 10 bilhões em reservas estrangeiras. Quanto aos juros, que já eram escorchantes antes da crise, houve uma duplicação da taxa básica praticada pelo Banco Central que saltou de um patamar de 1,58% para 3,05% ao mês.

Taxas de juros tão elevadas são, porém, uma armadilha para o país. Se por um lado elas podem garantir êxito no curtíssimo prazo contra o ataque especulativo, por outro lado, no médio prazo, elas têm consequências desastrosas para a política macroeconômica. Em termos da atividade econômica, há um forte desestímulo ao uso mais geral do crédito por parte das empresas e um aumento astronômico dos seus custos, contribuindo para a quase paralisação dos investimentos e um aumento ainda maior das taxas de desemprego.

Isso sem falar dos reflexos desta política sobre o nível do consumo. A recuperação da capacidade de endividamento das pessoas físicas, que vinha sendo propagandeada pelo governo como um dos efeitos positivos da queda da inflação, já dava sinais de esgotamento desde o primeiro semestre de 1997, em função dos juros altos, da queda dos salários reais e do crescimento dos níveis de inadimplência. Com as novas medidas, é de se esperar uma deterioração ainda maior deste quadro para 1998, pelos efeitos das novas taxas sobre os crediários no comércio, as alíquotas do cheque especial e dos cartões de crédito, os empréstimos imobiliários, os pacotes turísticos de fim de ano, etc.

Juros altos também têm impactos negativos sobre as já combalidas contas públicas. O setor público brasileiro - incluindo a União, os Estados, os municípios e as empresas estatais - tem



hoje um déficit anual em torno de R\$ 39 bilhões (cerca de 4,7% do PIB), dos quais a maior parte corresponde a despesas com juros financeiros. Com os novos juros, essas despesas vão crescer ainda mais, obrigando o governo a cortar na carne os gastos sociais e os investimentos em infraestrutura para 1998, além de desistir de vez de reajustar os salários do funcionalismo e o salário mínimo, para diminuir os gastos com a previdência.

Ou seja, a recessão virá também pelo lado fiscal da economia, através de um pacote de medidas amargas para a contenção de despesas públicas e o aumento de receitas que está para ser anunciado. Aliado a este pacote, pode-se esperar também grandes movimentações políticas no Congresso para a aprovação, ainda este ano, das reformas previdenciária e administrativa, com todas as distorções e injustiças que elas carregam, além da aceleração do programa de privatizações que, com a crise cambial, passa a ser o bastião de sustentabilidade do Real em 1998.

Em resumo, a julgar por este "outubro negro" e seus possíveis desdobramentos no cotidiano dos brasileiros, é pouco provável que daqui a um ano, no próximo aniversário do Real, tenhamos muita coisa para "comemorar": inflação em baixa (se a conjuntura internacional permitir), desemprego elevado, crescimento econômico medíocre, dependência crescente de capitais estrangeiros e agravamento do quadro social. Resta saber como isso irá repercutir num ano em que o calendário político das eleições gerais promete dominar a cena.

Desemprego no Natal

Nunca o país enfrentou uma taxa de desemprego tão alta como agora. Em setembro, o resultado da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) feita pelo DIEESE mostrou que 16,3% da população economicamente ativa (PEA) estava desempregada na Grande São Paulo. Essa taxa de desemprego é a maior para esse mês do ano, desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1985. Com o aumento dos juros e o "pacote" econômico, as perspectivas são de agravamento do problema. Os dados do desemprego em São Paulo se complementam com os de outras regiões metropolitanas, como a de Salvador, onde a taxa chegou a 22%, do Distrito Federal com 18%, mostrando que a situação não é regional mas atinge todo o país. Mesmo aqui na Região Sul, o desemprego é enorme, chegando a 14,2% em Curitiba e Porto Alegre em agosto passado. Em Santa Catarina não existe uma pesquisa semelhante, que permita se estimar o tamanho do problema, mas provavelmente não difere muito do que ocorre nas capitais dos vizinhos Rio Grande do Sul e Paraná.

Embora o desemprego seja uma ameaça para toda a população trabalhadora, ele tem efeitos mais graves sobre os jovens e as mulheres. Em São Paulo, por exemplo, no mês de agosto a taxa de desemprego para a população masculina era de 14,3% mas passou a ser de 18,1% quando se trata da população feminina. Quando se examina o desemprego entre grupos com idade diferentes, nota-se que 43% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, que procuram emprego, não conseguem vagas. Entre as pessoas com idade entre 18 e 24 anos, a taxa de desempregados é de 22% e entre 25 e 39 anos são 13,1% os desempregados.

O desemprego elevado tem consequências indiretas sobre os que estão ocupados, trabalhando, principalmente por levar a uma redução real ou nominal nos salários. E isso foi registrado nas pesquisas do DIEESE: o rendimento médio dos ocupados caiu 4,5% entre novembro do ano passado e julho deste ano. O rendimento da parcela mais pobre da população chegou a cair 11,1% em 7 meses. Por motivos como estes é que se pode dizer que a renda está se concentrando ainda mais no país.

Nesse contexto a combinação da alta de juros com o "pacote" tem um efeito explosivo.

Ao duplicar os juros o governo detonou uma onda recessiva, que já afeta as vendas e por decorrência a produção industrial, promete estragar o que restava do Natal das famílias. E para o ano que vem, as medidas do governo vão retirar dinheiro do bolso dos consumidores (pelos juros altos, demissões no setor público, congelamento dos vencimentos etc.) e cortar a demanda gerada pelas estatais e governos (federal, estadual e municipal). Em

contrapartida, os chamados "investidores internacionais e nacionais", esses anônimos senhores do destino dos brasileiros, recebem o carinhoso tratamento dos juros estratosféricos, privatização das "jóias" nacionais (não as da Coroa, como na Inglaterra), e ampla liberdade de transitar com seus dólares de bolsa em bolsa, segundo lhes dá na telha.

Arte para melhorar o viver

Ao completar seu terceiro ano e com mais de 60 atividades realizadas nas áreas de teatro, dança, música e cinema, o projeto Meia Hora consolidou-se como um importante espaço conquistado pelos trabalhadores. A expressiva participação dos eletricitários e de alguns familiares, atesta o interesse por estas atividades culturais. O Meia Hora volta ano que vem com o mesmo espírito: acreditando que a arte pode ajudar a superar o aspero cotidiano e ampliar a visão crítica que temos da realidade.



A alegria do grupo Marias da Graça é contagiante



Teatro Anônimo, convidado do festival Isnard



Grupo de Campinas encenou texto de Gil Vicente



Saguão da Celesc lotou para ver bonecos

O viver

Se é verdade que o artista busca com todos seus artifícios chegar ao coração das pessoas e, se também é certo que a arte é subversão e perdura por causa das inquietudes do ser humano, nada mais adequado que experimentar a arte no local de trabalho. É neste espaço que passamos a maior parte dos nossos dias. E este cotidiano é geralmente tão rotineiro que fica difícil quebrar esta monotonia, ver nele novas possibilidades e recursos. Então uma manifestação artística neste ambiente nos ajuda a desvendar perspectivas que nos dêem energia para seguir em frente da melhor forma possível.

Esta foi a intenção que moveu semana passada os atores que estiveram se apresentando na sede da Celesc e da Eletrosul, dentro do Projeto Meia Hora promovido pelo Sinergia, com o apoio da Elasc, Abcelesc, Aprosul, APC e Fundação Franklin Cascaes.

“A obra de arte, seja a música, o teatro, uma exposição, é sempre um instrumento político fomentador de discussões, formador de opinião. É inclusive mais efetivo que qualquer outra manifestação política porque ele mais do que fazer as pessoas pensarem faz elas sentirem. E, o pensamento não mobiliza mas os sentimentos sim”, acredita Marcelo Campos, ator do grupo Laboratório do Ator de Campinas, que representou para os eletricitários uma peça medieval de Gil Vicente.

“Levar arte para dentro de uma empresa, onde as pessoas trabalham significa retomar a questão fundamental da arte que é quebrar o cotidiano das pessoas e transcender as regras que as insensibilizam”, entende José Tonezzi do mesmo grupo.

Emília Berg, do grupo gaúcho Bonecos Gigantes, não vê muita diferença entre apresentar-se num escritório e na rua. Foi a primeira vez que se apresentou numa empresa e para ela é uma experiência interessante por abrir novas possibilidades. “Estes locais não são ocupados por este tipo de coisa e seria muito interessante ouvir das pessoas, que naquele momento são apenas trabalhadores, o que isto significou para elas”.

Já Cacá Sena, diretor do referido grupo, aceitou o convite por que acredita que é interessante “levar um pouco de diversão para locais de trabalho, geralmente espaços muito formais e duros”.

Além destes dois grupos se apresentaram no Meia Hora este ano o grupo As Marias da Graça, e Teatro Anônimo, do Rio de Janeiro, todos participantes do Festival Nacional de Teatro - Isnard Azevedo, da Fundação Franklin Cascaes.



O cantor, compositor e violonista Jorge Coelho, trabalhador da Celesc - sede, lança na quarta-feira, dia 19, às 21 horas no TAC o seu CD no show “Paixão Açoriana”. A direção do show é de outro eletricitário Luiz Falcão.

Ingressos antecipados na Brunetti Discos e na Abcelesc a R\$ 10,00 e no dia do show a R\$ 12,00. Não percam!

DEBATE E SHOW

O Sinergia traz a Florianópolis, dentro da Campanha Contra a Privatização, o cantor e compositor Geraldo Azevedo. Vai ser dia 20 de novembro, quinta-feira. Às 9h 30min tem debate com ele no auditório do sindicato e às 21 horas tem show no TAC. Ingressos para sócios do sindicato custam R\$ 10,00 e não sócios R\$ 20,00, podem ser adquiridos no TAC e no restaurante Vida.